

«A face mutante do presbítero»

GRUPO DE TEÓLOGOS DE BRAGA / JOÃO DUQUE

O presente texto é resultado do trabalho conjunto de um grupo de Teólogos, docentes do Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia, nomeadamente: Isabel Varanda, P. José Vilar, P. Sérgio Torres, P. Joaquim Félix e João Duque.

O objectivo desta reflexão conjunta e das propostas daí resultantes é, preponderantemente, pragmático ou – se quisermos manter a nomenclatura clássica – de ordem pastoral. É claro que esta orientação pragmática pode resultar em exagerado pragmatismo, sem suficiente teologia ou, sobretudo, sem suficiente espiritualidade. Mas pressupomos, evidentemente, que a dimensão teológica e espiritual seja abordada por outros intervenientes neste congresso.

As ideias aqui apresentadas – que não serão, seguramente, novas – são simples contributo para o debate e, sobretudo, para a reflexão sobre muitas das práticas relacionadas com a vida dos presbíteros. Não possuem, por isso, maior validade do que todas as ideias que os presentes possam ter, em relação aos assuntos aqui discutidos. São colocadas, portanto, à discussão, com a intenção de que possam lançar alguma luz – a luz do pensamento dialogal – sobre o tema que aqui nos ocupa.

Posto isto, vamos ao assunto que nos interessa: a identidade do presbítero, no contexto dos desafios contemporâneos e os modos possíveis de realização dessa identidade. É neste enquadramento preciso que nos propomos considerar a face mutante do presbítero. E consideramos que esta tentativa, só por si, é já uma forma de estar à escuta da Palavra – implicitamente, da Palavra da Escritura e da Tradição, mas também da palavra que Deus, pelos sinais dos nossos tempos, nos dirige.

Ora, antes de entrar directamente na questão da identidade presbiteral, convém elaborar um enquadramento mais vasto. É que não pretendemos fazer

uma revisão histórica das diferentes faces que o presbítero foi assumindo, ao longo dos tempos, uma vez que esse trabalho já foi aqui apresentado. Pretendemos, isso sim, situar a identidade presbiteral no panorama cultural e eclesial contemporâneo. Por isso, é necessário partir de uma situação concreta, que é a nossa situação actual e local.

Ora, a complexidade da situação actual dificulta descrições precisas e completas. Mas, mesmo assim, é possível fazer uma ideia sumária dessa situação. De um modo geral, se considerarmos a relação da actuação do presbítero com o seu contexto de vida, poderemos falar de uma espécie de desacerto entre uma e outro. De facto, o imaginário – e, muitas vezes, a prática real – da actuação do presbítero situa-se, ainda e preponderantemente, na correspondência a uma situação eclesial e cultural praticamente inexistente: a da paróquia estritamente territorial, com a dimensão religiosa da existência claramente integrada no resto da prática quotidiana, com actividades e exigências bem definidas, com um presbítero disponível de modo exclusivo e a tempo inteiro, normalmente integrado na vida quotidiana dos paroquianos, até pela eventual partilha da mesma ocupação, preponderantemente a agricultura, e com um papel cultural saliente. Nesse contexto, a animação cristã da comunidade poderia estar completamente entregue ao seu líder único, precisamente o pároco, que era o profissional do religioso, seja do ponto de vista ritual, seja jurídico, seja mesmo espiritual e até teológico, ou mesmo intelectual, em geral.

O que acontece, sem dúvida, é que hoje as comunidades cristãs já se identificam cada vez menos de modo territorial – sobretudo nas zonas urbanas. E, mesmo nos locais onde ainda essa identificação persiste – como no caso de muitas paróquias rurais do nosso Minho – a vida religiosa já não está propriamente no centro da vida quotidiana. E, o que é mais importante para o nosso assunto, já poucas paróquias podem contar com um pároco em exclusividade, que se insira no ritmo da vida quotidiana dos seus paroquianos. Este passará a ser, cada vez mais, uma espécie de figura ausente.

Ora, é neste contexto social, diferente do que era há 50 anos atrás, que deveremos questionar-nos sobre a identidade e o modo de actuação do presbítero – porque esse contexto lança desafios novos ao modo como o presbítero se compreende a si mesmo e como o compreendem as comunidades, e mesmo, até, toda a sociedade em que se insere. Começemos pelo elemento que nos parece fundamental: a comunidade eclesial.

1. Presbítero na e para a comunidade

1. O primeiro princípio, geral e válido para todo o ministério, em todos os tempos e lugares, é o de que nenhum ministério existe, na Igreja, para aquele que o exerce. Todo o ministro o é para uma comunidade concreta e, nessa

comunidade, para a Igreja universal. E quando se fala aqui em comunidade, fala-se num sentido potencialmente muito diversificado, não simplesmente no sentido de paróquia.

Partindo desse princípio que nos parece inquestionável, então a identidade presbiteral e, sobretudo, a sua realização concreta irão depender muito das características das comunidades concretas. No extremo, cada comunidade coloca exigências específicas ao seu presbítero e a sua actuação deve partir dessas exigências. Isso não invalida que, devido à semelhança entre grupos de comunidades, se possa chegar a certos modos típicos de actuação, de acordo com épocas e lugares específicos.

Antes de mais, esta relação estreita à comunidade e às suas exigências poderia levar-nos à hipótese de que o presbítero tivesse a sua origem mais directamente nas próprias comunidades – independentemente do facto de ser ou não escolhido por elas. Um dos modelos antigos de presbiterado colegial, o dos veteranos oriundos do interior da comunidade, poderia ser de novo adequado, pelo menos para certas comunidades concretas.

Mas sabemos que séculos de história nos encaminharam para outras práticas e outros modelos. Seja pela mistura da figura do presbítero da comunidade com a do presbítero itinerante, evangelizador; seja, pela noção de presbítero como delegado do bispo; seja, mais tarde, pelo modelo tridentino do presbítero formado, ao longo de anos, num seminário separado do mundo, para depois ser enviado ao mundo – tudo isso colocou o acento, não tanto no facto de o presbítero ser *da* comunidade, mas no facto de ser *para* a comunidade. E essa dimensão foi de tal modo desenvolvida que o presbítero se tornou, cada vez mais, um elemento até certo ponto estranho à comunidade, que representa, no interior da mesma, uma espécie de poder ainda mais estranho, o do bispo, tudo representando a estranheza do próprio Deus transcendente, de quem o presbítero seria o representante na terra – o sacerdote do divino, o seu representante de carne e osso, na terra concreta de cada cristão.

É certo que, do ponto de vista teológico – e, também, do ponto de vista prático – esta dimensão de um presbítero que, perante a comunidade, representa o facto de a comunidade não ser princípio e fim de si mesma, mas de ter a sua origem e a sua meta em Cristo cabeça, é algo importante, evitando que as comunidades eclesiais sejam, pura e simplesmente, mais uma organização ou instituição humana, entre muitas outras (cf. G. Greshake). Mas o seu exagero, levando ao esquecimento da outra dimensão – da pertença à comunidade – pode criar esquizofrenias prejudiciais, não só do ponto de vista teológico e pastoral, mas também do ponto de vista pessoal e psico-social.

Esses problemas aumentam, quando a situação sócio-cultural se altera, como terá sido o caso das últimas décadas, na nossa região. É que esse estatuto de homem vindo de fora era mitigado, na comunidade tradicional, pela presença permanente do presbítero, na maioria das vezes até no interior dos

trabalhos quotidianos dos seus paroquianos. Na realidade, esse ser de outro mundo vivia verdadeiramente no mesmo mundo da sua comunidade eclesial. A sua estranheza só se tornava visível no âmbito especificamente religioso, como sinal vivo de uma outra dimensão.

O grande desafio contemporâneo parece exigir que se encontre um novo ponto de equilíbrio entre a *pertença do presbítero à comunidade* e o seu estatuto de *ser perante a comunidade*. O facto de ele não ser originário da comunidade; o facto de ter uma formação num contexto muito próprio; o facto de ser celibatário e não ter uma profissão dita profana; o facto de não ficar toda a vida na mesma paróquia; o facto de ser mais ou menos itinerante, não sendo já bem de paróquia nenhuma – tudo isto parece ajudar a sustentar o seu estatuto de enviado à comunidade, em nome de algo ou alguém que não é a própria comunidade, nem por ela originado. Mas também corre o risco de levar a sua estranheza ao extremo – tornando a comunidade um grupo de meros extrínsecos consumidores do religioso; e tornando o presbítero em homem de sítio nenhum, sem raízes e mesmo sem relações humanas estáveis – uma espécie de ave exótica, ainda por cima em vias de extinção.

Mas não é o presbítero um cristão e, nesse sentido, sempre também membro da comunidade eclesial? E não é a comunidade eclesial, toda ela, também sacerdotal e, nesse sentido, mediadora de Jesus Cristo, de uma outra dimensão, no mundo em que se insere? Como poderemos, então, separar tão drasticamente o presbítero do resto dos cristãos? E não exigem as comunidades actuais, até por razões pragmáticas, que a sua vida se organize colegialmente, na diversidade dos ministérios – até na possível diversidade do ministério ordenado, como diaconado e como presbiterado? Não exige isso que, cada vez mais, o presbítero se sinta um membro da comunidade, com determinado ministério, no seu interior – mesmo que esse ministério consista, em grande parte, no descentramento da comunidade em relação a si mesma e na sua orientação para Cristo, para as outras comunidades e para o mundo?

Aqui tocamos no primeiro ponto essencial, quanto à identidade do presbítero. Se ele é da comunidade e na comunidade, sendo para a comunidade e perante a comunidade, o seu ministério é um ministério da comunidade, que deve servir a comunidade enquanto tal – isto é, deve torná-la em comunidade unida, na diversidade dos seus membros e até nas tensões internas que isso implica; e deve torná-la sempre em comunidade cristã, isto é, em comunidade cuja identidade não reside, simplesmente, nos modos da sua organização humana, mas no facto de ser originada por Cristo e ter uma missão específica no mundo em que habita.

Mas, se essa é a tarefa do presbítero, na comunidade, como deve realizá-la? É aqui que podem surgir muitos equívocos. De facto, pode interpretar-se o ministério da unificação da comunidade como unificação na própria pessoa do presbítero, por identificação da comunidade com o seu estilo e as suas ideias

peçoais. Então, a unidade de uma comunidade concreta seria definida pelo facto de ser a comunidade do padre fulano de tal (como acontece com muitos grupos sectários, feitos à imagem do seu fundador ou pastor, ou como muitas vezes se fala na missa do padre tal ou tal). E também pode considerar-se o ministério da relação da comunidade com Cristo cabeça como relação com o presbítero, enquanto cabeça absoluta da comunidade, anulando-se a diferença entre ele mesmo, como ministro, e a própria cabeça, que é somente Cristo.

Estes equívocos conduzem a imensos problemas práticos: o absolutismo do pároco mantém os seus paroquianos em menoridade e origina não poucos conflitos; ao mesmo tempo, para o próprio presbítero, é fonte de frustrações e desânimos, pois sente-se muitas vezes a lutar contra a comunidade ou a puxar ingloriamente por ela, como eterno incompreendido.

Convém, portanto, que nos resituemos no nível da questão fundamental: será a *comunidade feita para o presbítero* ou será o *presbítero feito para a comunidade*? Se, segundo o princípio enunciado anteriormente, o presbítero é que é para a comunidade, o seu serviço à unidade e à identidade da comunidade pressupõe uma comunidade que trabalha, ela própria, na sua unidade e na sua identidade – sendo o presbítero o representante visível, simbólico, dessa comunidade unida e detentora de identidade cristã. É claro que, como membro da comunidade, tem a sua tarefa própria de contribuir para a sua unidade e identidade; mas nunca o poderá fazer, sem que os membros da comunidade o façam também e antes de tudo. Como tal, o grande desafio actual está na construção de comunidades vivas e corresponsáveis, mais do que em alterações simplesmente cosméticas. E os presbíteros actuais assumem responsabilidade especial nessa construção.

Nesse sentido, a permanência ou a mobilidade dos presbíteros numa comunidade será fortemente relativizada. Esta, de facto, só é problemática quando a comunidade se constrói à imagem e semelhança do presbítero – pela positiva ou pela negativa, tanto faz. Mas quando cada comunidade possui uma vida própria, articulada pelos seus membros, de acordo com os diversos ministérios, então são relativamente secundárias a características pessoais do seu presbítero. Porque este desempenhará, na comunidade, um serviço como membro e servo da comunidade, não como seu senhor e mentor absoluto.

Para isso, o presbítero precisa de aprender a viver em comunidade, vivendo com a comunidade. E deverá aprender a viver colegialmente, respeitando o lugar e as tarefas dos outros. Caso contrário, em vez de exercer o serviço da unidade pode exercer, muitas vezes, o serviço da desunião e da destruição.

2. Vida comunitária

Ora, quando dizemos que o presbítero deve aprender a viver em comunidade e com a comunidade, ganhando aí consciência de qual é o seu ministério

próprio, levanta-se a questão: que tipo de vida é essa vida comunitária? Será a vida comunitária dos presbíteros que vivem juntos?

A questão, de facto, é complexa. Quando falámos, até aqui, de comunidade e da relação entre comunidade e presbítero, falámos de comunidades de cristãos – na nossa região, maioritariamente paróquias. Porque do que se trata é da integração do serviço presbiteral na comunidade a que presta esse serviço. E isso é realizável de vários modos, através de órgãos colegiais específicos e através da relação pessoal com os membros das comunidades. O problema reside na realização prática, nas circunstâncias actuais, dessa vida comunitária. Como poderá um pároco de cinco paróquias viver realmente com as suas comunidades? Uma solução poderia ser o agrupamento das paróquias numa só. Para além dos problemas práticos que isso levanta, a dispersão dos lugares, na nossa geografia, dificultaria, mesmo assim, uma ligação estreita com toda a população, ainda que fosse apenas a população mais empenhada na vida cristã.

É certo que as situações são muito diversificadas. Mas, em muitos casos, o isolamento entre pároco e paroquianos é inevitável. Do que resulta uma figura de presbítero como solitário ambulante. Esse dificilmente aprenderá a viver em comunidade. E, se não o faz, a sua relação com as comunidades a que preside torna-se extrínseca, tendencialmente conflituosa ou, pelo menos, apática, levando as comunidades à letargia – e a si mesmo, muitas vezes, pelo menos como presbítero.

Resolver-se-á a situação pelo recurso à vida comunitária entre os presbíteros? É certo que esse recurso poderá ajudar o equilíbrio pessoal do presbítero e, de certo modo, o exercício da colegialidade. Em muitos casos concretos, contudo, nem uma coisa nem outra. E, em realidade, do que se trata é da vida com a comunidade eclesial, não da comunidade com os outros presbíteros – que também tem o seu lugar, na relação ao presbitério. Mas poderá ser benéfico não confundir uma dimensão com a outra.

Essa confusão levar-nos-ia, em certo sentido, à confusão entre clero regular e clero secular. De facto, o modo de vida comunitário, entre presbíteros, é uma transposição do modelo regular para o contexto do clero secular. E os efeitos serão, por vezes, desadequados. Na formação dos seminários, por exemplo, mesmo que os futuros presbíteros aprendam a viver em comunidade uns com os outros – o que nem sempre acontece – isso não seria ainda garantia de que aprendam a viver com as comunidades cristãs, na relação à diversidade de ministérios. O perigo é o de criar uma espécie de classe clerical, perante um povo de Deus que vive noutra mundo. E quando essa classe clerical se torna diminuta e frágil, a sensação de decadência e as frustrações daí resultantes são inevitáveis, como acontecerá actualmente em cada vez mais casos. Ou então, por reacção, acentua-se a afirmação do poder corporativo do grupo clerical. Tocamos, aqui, em assuntos muito delicados e que não podem ser analisados levianamente. Mas o certo é que não podemos fugir a estas questões.

Que solução encontrar para este dilema: ou viver com as comunidades cristãs, o que parece impraticável com o número de presbíteros e com as tarefas que lhes são entregues; ou viver fora das comunidades, em comunidades pseudo-regulares, o que não parece adequar-se ao carisma do presbítero secular?

Não temos, evidentemente, solução feita para este dilema. Apenas colocamos na mesa algumas ideias que poderão ajudar a encontrar soluções concretas, consoante as situações particulares.

Antes de mais, convém ter noção de que não há um modelo unívoco de comunidade cristã. Na nossa situação contemporânea, no contexto minhoto, poderíamos dizer que existem, pelo menos, dois modelos diversos: o modelo *individual* (que também poderia ser chamado *pessoal*) e o modelo *comunitário* (que também poderíamos denominar *territorial*)¹. Depois, existem todos os cruzamentos e as transições entre estes dois modelos. E esta divisão também não significa que esses modelos tenham exclusiva identificação geográfica, mesmo que o primeiro seja mais frequente nas cidades e o segundo nas aldeias.

O modelo comunitário mantém, embora até certo ponto apenas, o modelo tradicional de paróquia: há ainda forte vinculação ao território, até de modo bairrista; os laços comunitários são ainda de vizinhança e tendem a abranger a totalidade da vida – incluindo a prática religiosa, quando existe.

O modelo individual centra-se mais nas necessidades individuais e tende a sectorializar a vida cristã, reduzindo-a ou a práticas rituais em horas e espaços determinados, ou a práticas espirituais, correspondentes a determinado tipo de exigência individual. A personalização da vida cristã vai acompanhada, normalmente, de uma tendência individualista e, até certo ponto, também consumista. O cristão do modelo individual, de acordo com as suas necessidades espirituais particulares, recorre às ofertas das paróquias – ou de outros centros cristãos de espiritualidade – em momentos determinados – à semelhança, em parte, do modo como recorre a qualquer mercado. Evita criar laços com outros membros da comunidade, muito menos comprometer-se na orgânica da própria vida comunitária.

Partindo do pressuposto de que são as comunidades que determinam o estilo de presbítero – ou de outro ministério – e não o inverso, então poderíamos dizer que a forma do padre secular, que vive o seu quotidiano no seio da sua comunidade, com quem partilha a vida toda, e também a organização da própria comunidade, se aplica ao modelo comunitário – o qual não é seguro que venha a desaparecer, pois os movimentos das populações são muito complexos e as necessidades de vida comunitária próxima vão crescendo. De facto, há

¹ Procuramos evitar a nomenclatura ambígua do «urbano» e do «rural», uma vez que essa nomenclatura é cada vez menos adequada às situações sociais contemporâneas.

cada vez mais pessoas a trabalhar nas cidades que vão viver para aldeias dos arredores, onde tentam criar laços comunitários de proximidade, na procura de recuperação de uma vida comunitária que o anonimato urbano tinha feito perder. De qualquer modo, esse modelo só é sustentável em comunidades cristãs pequenas, com grande proximidade de vida quotidiana. O que exigiria um grande número de presbíteros, provavelmente oriundos das próprias comunidades locais. Na impossibilidade real desse recurso, a solução pode estar na valorização de outros ministérios locais, incluindo o do diácono permanente, com assistência regular de um ou vários presbíteros não directamente presentes na pequena comunidade.

Para o modelo individual, parece adequar-se mais o estilo do presbítero regular. Cada cidade ou região – eventualmente arciprestado – poderia dispor de certo número de Centros Cristãos de Espiritualidade, com celebrações e outro tipo de actividades e de «atendimento» – à semelhança dos mosteiros, que tão grande serviço prestaram noutras épocas e ainda hoje prestam em tantos locais da Europa, como na vizinha Espanha. Sobretudo para o trabalho da nova evangelização – cada vez mais fundamental, em contexto secularizado – estes centros seriam fundamentais. Neles viveriam vários presbíteros, ao estilo dos regulares, mesmo que fossem diocesanos. As ordens religiosas, em continuidade com a tradição do seu modo de actuação, poderiam ter aqui também um lugar de destaque. Esses centros poderiam ser maiores, ligados a alguma igreja, ou mais pequenos, inseridos em zonas específicas da paisagem urbana: mercados, universidades, zonas fabris e industriais, zonas de lazer, etc., podendo especializar-se consoante o contexto.

À semelhança destes centros cristãos poderiam funcionar, sobretudo na nossa região, determinados santuários e locais de peregrinação. Devido, entre outros aspectos, à ligação entre estes espaços e a ocupação dos tempos livres, tão importantes nos modos actuais de vida, será necessário explorar as potencialidades pastorais e evangelizadoras dos santuários, repensando também o modo de a eles ligar um grupo de presbíteros com características específicas. Neste caso, como nos Centros Cristãos de certas cidades o arciprestados, o estilo de presbítero e o seu modo de vida seria muito diferente do dos presbíteros do modelo comunitário, sendo muito mais próximo do de certas ordens religiosas ou conventuais

É claro que seria necessário estabelecer aproximações entre os dois modelos. Porque o modelo comunitário poderia, facilmente, tribalizar-se, transformando-se em comunitarismo radical, mesmo em colectivismo, ou transformando as pequenas comunidades em seitas autónomas, com reduzida noção de pertença eclesial e, sobretudo, com dificuldade de resposta às exigências actuais de formação permanente. Nesse sentido, seriam necessários presbíteros itinerantes, que poderiam viver juntos no centro de um arciprestado ou região e que acompanhavam a vida das pequenas comunidades, estabelecendo a ligação de umas

com as outras e com a diocese e cuidando da formação dos cristãos, em geral, e dos que exercessem determinados ministérios, em particular.

Ao mesmo tempo, o modelo individual corre o risco de reduzir a vida cristã a consumismo religioso e a uso individualista, sem compromisso comunitário e, de certo modo, sem realização comunitária da vida dos cristãos. Nesse sentido, seria importante que, a par dos Centros Cristãos de Espiritualidade ou a eles ligadas, houvesse pequenas comunidades com vida organizada, do género das actuais paróquias, que poderiam ter ministérios próprios, incluindo diáconos permanentes.

3. Identidade presbiteral

A partir deste possível efeito da transformação das comunidades sobre a transformação do modo de vida dos presbíteros, propomos algumas considerações específicas sobre a identidade do presbítero, vivida no mundo contemporâneo.

Antes de mais, coloca-se à consideração a distinção entre presbítero «evangelizador» e presbítero «governador» - denominações assumidas, aqui, como metáforas de identidade, não como modos exclusivos de existência de um determinado presbítero. É claro que, se seguirmos os dois modelos anteriormente propostos, podemos deduzir que o presbítero do modelo comunitário será tendencialmente mais governador e ritual, sendo o do modelo individual preponderantemente evangelizador.

Mas convém não simplificar demasiado a questão. É que toda a Igreja, ou é evangelizadora ou não é Igreja. Nesse sentido, não poderá pensar-se um presbítero que não seja evangelizador. O presbítero da pequena comunidade cristã possui, por isso, também uma função evangelizadora. Mas essa sua função estaria mais próxima da missão evangelizadora que cabe a todo o cristão. Assim sendo, a sua tarefa será a de governar a comunidade para que toda ela seja evangelizadora, seja em relação às novas gerações (sobretudo pela catequese), seja em relação a quem está fora da comunidade, pelo anúncio primeiro.

Mas, se se assume assim o papel evangelizador de toda a comunidade, teremos, de imediato, que colocar a questão do que significa governar essa comunidade. Normalmente – sobretudo no contexto do direito – relaciona-se o sacramento da ordem com o exercício do poder na Igreja – entendendo esse poder como serviço, claro está, e a ordem como capacitação jurídico-sacramental para exercer esse serviço. O serviço do governo de uma comunidade, em todos os seus aspectos, é assim normalmente identificado com o serviço presbiteral.

Mas não será essa identificação questionável? Não poderiam certos serviços governativos desvincular-se da ordenação presbiteral, que ficaria confinada ao serviço da unidade / comunhão e da identidade cristã da comunidade? Por outro

lado, não deveria o serviço da governação ser mais colegial e, eventualmente, até poder ser presidido, quanto à sua realização prática, por um leigo ou uma leiga, escolhidos pela comunidade, não vitaliciamente?

Seja como for e tendo consciência de que se trata de questões de difícil e complexa resposta, podemos considerar que o presbítero assume em si a tarefa de governador e de evangelizador, podendo, contudo, atribuir pesos diferentes a essas tarefas, consoante a comunidade com que se relaciona. O que irá, certamente, influenciar a identidade e postura concretas de cada presbítero. A evangelização tem exigências que não são as da governação e vice-versa. E cada uma implica carismas próprios, o que significa que nem todos os presbíteros estarão igualmente preparados e até vocacionados para essas tarefas, o que poderia ter peso significativo na sua nomeação.

Mas também pode ter peso na própria formação. Entre um presbítero mais líder, administrativo, conciliador, e um presbítero mais interventivo, profético, acompanhador espiritual, há, sem dúvida, grandes diferenças, sendo difícil conciliar todos esses dotes numa mesma pessoa. Ao mesmo tempo, a formação de um presbítero para o serviço de uma pequena comunidade de cristãos não será, possivelmente, idêntica em tudo à de um presbítero evangelizador em contextos culturais mais secularizados. A dimensão intelectual e ad extra da formação do segundo é mais clara do que a do primeiro, que terá que ter uma dimensão mais jurídica, litúrgica e de gestão de relações humanas. É claro que uma boa formação teológica é exigência comum a todos. Mas será ela suficiente para o exercício do ministério? Não deverá ser ainda aprofundada, de acordo com as características concretas desse exercício? Não exigirão as condições contemporâneas um alargamento e aprofundamento da formação?

Certas comunidades mais pequenas poderão, hoje, não exigir o presbítero «culto» – sobretudo na dimensão das humanidades e das ciências humanas actuais – que exigem contextos mais vastos, ou que exigiam as comunidades antigas, em que o padre e o professor eram os únicos letrados. E as comunidades organizadas colegialmente poderão, perfeitamente, recorrer a competências culturais de leigos, eventualmente mais apetrechados que o presbítero, sem que isso deva ser visto negativamente.

Ao mesmo tempo, o presbítero preponderantemente evangelizador, sobretudo nos grandes centros espirituais urbanos, ou o presbítero itinerante, como são hoje quase todos, deveriam aprofundar constantemente e ao mais alto nível a sua especialização teológica e em ciências humanas, para poder intervir no diálogo com a cultura, na actual sociedade do conhecimento.

Aliás, a questão da formação – teológica e não só – deve colocar-se para todos os cristãos. Nesse sentido, mais facilmente se superaria uma distinção, quanto à formação teológica, entre clero e laicado. Isso não significa a diminuição da formação teológica dos presbíteros, mas a elevação da formação teológica de todos os cristãos. Do ponto de vista pragmático, grande parte das

questões aqui em debate resolver-se-iam mais facilmente com uma aprofundada formação teológica e pastoral do laicado, sobretudo dos cristãos que exercem ministérios nas comunidades eclesiais. Talvez o caminho mais realista, para um futuro distinto, mais fértil e equilibrado, no exercício do presbiterado, passe pelo actual empenho nesta formação cristã do laicado e pela clara ocupação de leigos nas tarefas pastorais.

4. Realização pessoal do presbítero

Com isto, chegamos a uma dimensão mais pessoal da identidade do presbítero. Ora, toda a identidade pessoal tem origem numa relação, precisamente na relação com aqueles para quem se vive. O marido vive para a esposa, e vice-versa; os pais vivem para os filhos, e vice-versa, etc. Para quem vive o presbítero? Poderíamos responder, imediatamente, que vive para Deus. E é certo. Mas também é certo que o mesmo se passa com todos os crentes que não são presbíteros. A questão está no modo de realização desse seu ser-para-Deus. Porque o ser-para-Deus realiza-se sempre no ser-para-outros-humanos-concretos.

Como vimos no início, o presbítero vive para a comunidade eclesial, a cujo serviço se encontra. Nisso deverá residir o elemento básico da sua identidade. Ora, o encontro e a auto-realização dessa identidade depende da relação quotidiana com aqueles para quem vive. Porque a sua identidade como pessoa *para* a comunidade não é separável da sua identidade como pessoa *na* comunidade. Mas será isso possível ao presbítero ambulante actual?

Como vimos acima, a estreita relação com as comunidades vai-se esbatendo, por um lado; por outro lado, um contexto familiar, com a companhia de uma irmã ou dos pais também é cada vez mais raro. Não poderá isso contribuir para que o presbítero se sinta perdido, sem relações humanas que lhe permitam encontrar-se?

É neste contexto que se levanta a possibilidade de vida comunitária, entre presbíteros. Mas essa solução, sendo possível e benéfica, em muitos casos, pode, noutros casos, contradizer a própria vocação do presbítero. Seria de pensar, então, no presbítero não celibatário? É claro que isso não resolveria todas as questões. E também é claro que a questão não é simples. Por um lado, não se pode questionar o enorme valor do celibato, como sinal, em si mesmo e mesmo para os não celibatários. Por outro lado, são difíceis de avaliar os efeitos dessa transformação nas comunidades eclesiais e na vida pessoal dos presbíteros. Para já, parece ser necessário encontrar alternativas em formas de vida que evitem o isolamento e ajudem cada presbítero celibatário a encontrar a sua comunidade de vida.

Por outro lado, nas diversas fases da vida do presbítero, a denominada terceira idade merece especial atenção. De facto, o equilíbrio psíquico, a saúde

física e a própria dignidade pessoal do presbítero exigiriam que as suas tarefas fossem adequadas à idade. É claro que tudo isso varia muito de pessoa para pessoa. Mas, em princípio, a intensa actividade de pároco deveria terminar em idade não demasiado avançada. Se se desenvolvessem modos diversos de realização do presbiterado, há certos contextos que poderiam ser mais adequados aos presbíteros mais idosos: o atendimento de confissão e acompanhamento espiritual; a actividade em algum centro de espiritualidade, com vida em comunidade com outros presbíteros; serviços diversos em santuários e locais de peregrinação, etc.

5. Conclusões

É claro que tudo o que ficou dito pode ser colocado sob suspeita de utopismo. E há certa razão, nessa suspeita. Seja como for, o que nos interessa, aqui e para concluir, será reforçar os elementos que, mesmo sem contar com transformações estruturais de nível mais geral, possam ser realizados a nível local.

1. Antes de mais, será importante pensar em modos de reorganizar a prática pastoral dos presbíteros, consoante a especificidade das comunidades que serve. Se não é possível ordenar presbíteros os *virii probati*, para o serviço das pequenas comunidades espalhadas pela nossa paisagem, é possível recorrer a outras dimensões da ordem para o desempenho de determinados serviços que poderão deixar de ocupar os presbíteros. Porque não explorar certas possibilidades litúrgicas e, sobretudo, muitas capacidades de gestão, próprias a diáconos permanentes capazes e bem formados? Não surgiram os diáconos para o serviço da caridade? Porque não «profissionalizar» esse serviço, em relação à gestão de tantos Centros Sociais e Paroquiais, e a outros serviços das paróquias? Não seria isso mais adequado do que fazer dos diáconos, muitas vezes, apenas pseudo-presbíteros?

É necessário encontrar um lugar próprio, nas comunidades, para os diáconos permanentes, que poderão dar nova vida ministerial e permitir vida cristã em pequenas comunidades mais isoladas, sem substituir o presbítero, mas ocupando um lugar que lhe é bem próprio. Há passos importantes a ser dados, no nosso país, nesse sentido. Mas teremos que encontrar, ainda, um lugar mais definido, mais permanente, por assim dizer, para os diáconos permanentes, que podem ser uma grande possibilidade na reorganização pastoral da nossa paisagem eclesial. Por isso, é importante investir, desde já, na sua escolha e na sua formação, cuja exigência em nada deveria ser inferior à dos presbíteros, apenas diferente em algumas acentuações específicas, como o caso da gestão e da pragmática social.

2. Também será aconselhável, consoante as situações das comunidades, desenvolver a institucionalização e correspondente prática dos diversos

ministérios denominados laicais. Porque não dar um estatuto mais estável e institucional a muitos ministérios já exercidos nas nossas paróquias – à semelhança dos ministérios dos catequistas africanos, por exemplo? Porque não explorar mais profundamente o ministério dos leitores, na sua relação com a Escritura e o anúncio da Palavra? Ou dos missionários evangelizadores, nos diversos campos seculares de intervenção? Porque, superada a concentração do profissionalismo religioso no presbítero, as comunidades cristãs terão que se organizar, muito mais, como organismos vivos e diversificados, em que o presbítero terá um lugar próprio, mas não absoluto nem exclusivo. E em que a unidade da comunidade, em relação com o Bispo, se poderia realizar por uma *missio* específica, mais estável e estruturada, para outros ministérios, que não apenas para o ministério presbiteral ou diaconal.

Felizmente, já vamos tendo leigos com formação teológica e pastoral notável, o que permitiria entregar determinadas tarefas – como a coordenação arciprestal da pastoral familiar, ou da pastoral juvenil, ou mesmo da catequese e formação de adultos, da música litúrgica, etc. – a esses leigos, de modo estável e mesmo profissional. Isso obrigaria a um trabalho colegial com os presbíteros o que, para além da libertação de muito tempo, poderia ajudar à construção de uma vida comunitária afectivamente mais compensadora.

3. Estas alterações fundamentais levariam, certamente, a exigências próprias aos presbíteros, que podem ser levadas à prática: a capacidade de trabalhar colegialmente com os diáconos e com os outros ministérios, assim como com os órgãos representativos e organizativos das comunidades. O desenvolvimento desta capacidade – em muitos casos, o seu aperfeiçoamento, pois já existe – é questão de formação e de profunda mudança de mentalidades. Implica a superação, ou do individualismo do presbítero, ou mesmo de certo corporativismo clerical que ainda lança raízes profundas, às vezes mais inconscientes que conscientes.

4. E chegamos a um último elemento: o equilíbrio pessoal do presbítero, neste contexto exigente de transformação. O contexto de vida do presbítero celibatário será, claramente, a vida comunitária, preponderantemente constituída por presbíteros, mas potencialmente também por outras pessoas. O modelo do solitário ambulante não parece favorecer qualquer realização pessoal. Dado que é cada vez menos praticável o recurso à família de origem do presbítero, como foi o caso durante tanto tempo no nosso contexto, o presbítero teria que se inserir numa comunidade própria – ou a paróquia, ou uma comunidade de presbíteros, eventualmente com outras pessoas.

O problema é que, na actualidade, haverá muitos presbíteros sem vocação para uma forma de vida comunitária – do género da das ordens religiosas – e sem possibilidade, por circunstâncias sócio-culturais, de viver no seio da própria

família, que lhe facultasse o contexto humano de inserção. Esses presbíteros – que, rigorosamente, seriam os presbíteros seculares – terão que encontrar o seu modo de realização pessoal na relação estreita com as comunidades – com pessoas concretas das comunidades. O que foi relativamente fácil, na forma tradicional de vida daquele presbítero que, desde a ordenação até à morte, não saía – literalmente – da sua paróquia, estabelecendo uma relação afectiva muito forte com os seus paroquianos. Mas esse modo de realização é, com a vida ambulante actual, cada vez mais difícil de conseguir. Assim sendo, temos que admitir que a situação se torna afectivamente mais difícil para presbíteros sem vocação regular para viver em comunidade com outros presbíteros, ao mesmo tempo que sem possibilidade real de viver no interior de uma família e com dificuldade também real de estabelecer laços estreitos com os seus paroquianos.

É claro que a situação não será, na prática, tão catastrófica como poderia parecer. Há meios espirituais, na relação pessoal profunda com Deus; e há meios humanos, na relação com determinadas pessoas das comunidades, que ajudam ao equilíbrio emocional do presbítero – para além da relação com todo o presbitério. Mas temos que reconhecer que a profundidade da relação pessoal com Deus não dispensa a necessidade de relações humanas permanentes e fortes. E temos que reconhecer que esse é um dos aspectos que afectará, actualmente, muitos dos nossos presbíteros, sobretudo das gerações mais jovens. Na resposta a esse desafio deverá insistir muito a sua formação e, ao mesmo tempo, o seu empenho ao longo de toda a sua existência.